

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM BAGÉ: uma proposta de educação integral?

LUCIANE COLLARES ARAÚJO¹; VALDELAINÉ ROSA MENDES²

¹ESEF / UFPEL - luciane.collares@hotmail.com

²ESEF / UFPEL - valrosamendes@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, tem sido cada vez mais frequente o discurso salvacionista no âmbito da esfera pública que se alimenta do protagonismo vivenciado pela sociedade civil nos últimos tempos por intermédio de algumas políticas públicas que, acumulam experiências diversas no campo assistencial, inclusive na educação, com o apoio do Estado que, age de forma focalizada e dirigida, de acordo com interesses políticos e econômicos.

As políticas públicas no governo federal passaram a ser traduzidas em programas, nos últimos anos. Um programa pode conter ações que englobam diferentes áreas de atuação do governo, envolvendo diversos ministérios, como se define o programa objeto deste estudo, denominado Programa Mais Educação (PME). Criado em 2007, através de portaria normativa interministerial de nº 17 envolvendo os ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento social e combate à fome, cuja área predominante é que definirá em que função o programa será classificado (BRASIL, 2007).

A escola assumiu um lugar de destaque no desenvolvimento dessas ações que colocam os estudantes no centro dessas ações. A Educação Integral tem sido, nos discursos governamentais, apontada como uma possível resposta à demanda por uma educação de qualidade que possibilite apontar novos caminhos para a educação.

Este programa é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que visa à indução da melhoria da qualidade da educação nas redes e escolas públicas brasileiras, através da Educação Integral.

O Programa Mais Educação (PME) intenciona incorporar uma concepção de gestão da educação pública, que pretende ser propiciadora de práticas educativas como uma das estratégias do governo federal para gerar uma educação de qualidade, que consiste na ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral¹.

Essa estratégia consiste não somente na ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas, mas também no compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores (BRASIL, 2007).

A partir da década de 90 do século XX, intensificou-se o estudo de políticas públicas atreladas ao debate em prol da qualidade na educação, sobretudo quando do aparecimento de diversos movimentos no contexto internacional influenciando, diretamente o pensamento educacional brasileiro (MATOS, 2010).

¹ Entende-se Educação Integral como modalidade que considera o indivíduo na sua pluralidade, como um ser que desenvolve as capacidades físicas, emocionais, intelectuais, morais (COELHO; MENEZES, 2007).

Acredita-se que o presente estudo é de extrema importância, pois tem como finalidade analisar uma política educacional de grande destaque no contexto das políticas de governo atuais, e compreender que a escola não está dissociada das relações sociais, pelo contrário, sofre influência das relações do modo de produção capitalista, que tem seu caminho até a escola por intermédio das políticas educacionais, que propomos o seguinte estudo.

O estudo tem como justificativa o fato de o tema proposto para a pesquisa ainda ser pouco explorado academicamente, principalmente no que tange à Educação Integral no município de Bagé/RS. E a importância que nos últimos tempos a temática Educação Integral vem se manifestando no debate educacional e no contexto das políticas públicas educacionais no cenário brasileiro.

Esta pesquisa teve por objetivo principal, analisar em que medida as ações deste programa encaminham-se para uma proposta de Educação Integral que tenha como objetivo o processo de ensino aprendizagem significativo e emancipador, na escola Municipal de Ensino Fundamental Azul, no município de Bagé/RS.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como referência o materialismo histórico dialético como uma teoria possível de interpretação da realidade educacional, que oferece os instrumentos de pensamento para apreensão das múltiplas determinações da realidade. Segundo TRIVIÑOS (1987), o método dialético é capaz de assinalar as causas e consequências dos problemas, suas contradições, suas relações e realizar através da ação para um processo de transformação da realidade que interessa. Caracteriza-se, como uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, pois se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, o qual tem por fim explorar um caso singular, situado na vida real, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca de informações sobre um caso específico ou uma coleção de casos como um estudo de particularidades ocorrentes em diversos casos individualizados (CHIZZOTTI, 2006).

Realizou-se, inicialmente, o levantamento bibliográfico sobre as concepções de Educação Integral, que respaldaram as considerações sobre o caminho da Educação Integral do início do século XX aos tempos atuais. A pesquisa tem como base a exploração de fontes documentais oficiais que possibilita perceber o desenvolvimento do ordenamento jurídico que contempla o PME. A análise documental baseia-se também em documentos de referência para a implantação do PME (portanto, uma análise de concepções e intenções declaradas), como fonte de informação para contextualizar a implantação do programa.

Como principais estratégias metodológicas, usa-se o pesquisador como observador participante das oficinas curriculares e do cotidiano escolar, com o foco nas condições para desenvolver as oficinas como práticas educativas do programa na escola. E como um dos instrumentos de coleta de dados usa-se a entrevista semiestruturada. Assim, realizaram-se as entrevistas com cinco monitores, com a coordenadora na escola Azul e com a diretora. Todos esses sujeitos estavam envolvidos na implantação do PME na escola.

A partir das entrevistas, a fim de aprofundar a análise e discussão, para que se possa ter respostas ao final desta pesquisa, foram definidos alguns temas como: a Educação Integral, a ampliação do tempo de permanência na escola, as ações

socioeducativas no contraturno escolar, as ações integradas com comunidade e o acúmulo de funções da escola. Tendo como referencial os pontos supracitados, propomos traçar um caminho de pesquisa que contemple os aspectos conceituais e normativos do PME, por acreditarmos que deste estudo poderão emergir novos caminhos à compreensão e à implementação de experiências em Educação Integral, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da educação no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo inicia-se a discutir o conceito de política pública, e segue com a exposição das ideias que fundamentaram o papel do Estado. Procura-se também abordar e discutir a relação entre a centralidade do trabalho para o desenvolvimento histórico da humanidade, e o difícil e contraditório papel da escola no modo de produção capitalista.

Busca-se garimpar as diversas concepções de Educação Integral formuladas em diferentes momentos históricos a partir do século XX.

Aborda-se como se deu a implantação e como funciona o PME na escola em estudo, quais as análises, as contradições, os limites, as possibilidades e a avaliação, a partir do entendimento da Educação Integral como um processo de ensino aprendizagem significativo e emancipador.

Descreve-se a realidade do PME na escola, analisam-se os avanços, os desafios e as dificuldades, percebidos através da efetivação das oficinas oferecidas pelo referido programa na escola, bem como segue-se a reflexão das entrevistas realizadas.

Concluimos o trabalho de modo a realizar uma síntese dos dados analisados, as observações e entrevistas na escola e comunidade escolar, buscando observar a importância do PME para a comunidade local, os impactos desse tipo de intervenção na escola pública Azul e a relação dessa experiência com as questões mais gerais de organização da sociedade.

Realizam-se, ao final, algumas considerações com relação às necessidades em termos de profissionalização das ações, articulação com a proposta pedagógica da instituição escolar e construção de um cidadão crítico e uma educação de qualidade, emancipadora e talvez encontre realmente um caminho para uma Educação Integral.

4. CONCLUSÕES

De início, duas conclusões emergem simultaneamente, o número de experiências em jornada escolar ampliada na intenção de uma Educação Integral, em curso no Brasil, e o alcance dessas experiências em termos de número de alunos atendidos ainda são muito restritos. Entretanto, verifica-se a importância que essa questão vem tomando no cenário educacional brasileiro e indicando uma tendência crescente de expansão.

Percebe-se o quão estão impactando as políticas educacionais no interior da escola, e a necessidade de uma investigação do enfoque que essas políticas públicas têm assumido, e como, sobre essa instituição, atuam diversas forças políticas e econômicas que acabam por determinar suas ações.

Em outras intervenções a escola, têm como propósito ocupar o tempo livre do jovem; ou ainda têm o objetivo de os assistir socialmente.

Parece que os direitos de cidadania são reduzidos aos direitos possíveis, sendo substituídos por políticas assistenciais e compensatórias, e com objetivo de reduzir as consequências de ajuste econômico da nova ordem capitalista.

Concordamos com Pacheco (2004), e não se defende uma escola pura, pois esta, apresenta-se como reflexo da sociedade na qual encontra-se inserida. Não se defende o fim de programas assistenciais por meio da escola, dos programas de saúde, de alimentação, de formação para o trabalho ou de lazer.

Porém, o que interessa discutir é como essas ações articulam-se com o projeto pedagógico, que ser humano deseja-se formar e quais as ferramentas de que se dispõe para esse fim. É fundamental que se tenha uma Educação Integral de qualidade e que se possa formar cidadãos críticos, com uma formação verdadeiramente integral, e que crianças de camadas sociais menos favorecidas sejam especialmente incentivadas, condição necessária para que contemple o processo de ensino aprendizagem significativo.

Para que no futuro tenhamos condições objetivas e sólidas para combatermos esta perversa realidade. A imagem que talvez se tenha hoje de uma escola pública é daquela que tenta, desesperadamente, dar conta de infinitas demandas sociais que se acumulam sobre ela e que, talvez, nem sempre seria esse o melhor caminho.

Recorre-se ao erro de usar a escola apenas como equipamento público, à mercê de diversas demandas sociais, desconsiderando sua dimensão e real função, como ação educativa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12372mais-educacao&catid=312:mais-educacao&Itemid=586> Acesso em: 08 Agost. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MATOS, Sheila. **Políticas Educacionais, Ordenamento Legislativo E A Educação Integral E(M) Tempo Integral: Aproximações Iniciais** In: *Anped Sul 2010 - Formação, Ética e Políticas: Qual Pesquisa? Qual Educação?*. Londrina Paraná 2010. Disponível em: <<http://www.anpedsul.com.br/anais.php>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

MENEZES, Janaína S. S. Educação integral & tempo integral na educação básica: da LDB ao PDE. In: COELHO, L. M. C. C. **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis: DP et alli, 2009. p. 69-88

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. **A escola pública e o lazer: um estudo de caso do Programa Parceiros do Futuro - SEE/SP**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FEUSP, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.